

[Handwritten signatures in blue ink]

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2019



**ASSOCIAÇÃO
DA CRECHE
DE BRAGA**

Instituição Particular de Solidariedade Social



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Francisco', 'Jorge', and 'Cristina']

Índice

| | |
|---|----|
| RELATÓRIO DE ATIVIDADES..... | 3 |
| 1. Atividade da Creche..... | 4 |
| 2. Informações exigidas por diplomas legais..... | 8 |
| 3. Factos relevantes após o termo do período..... | 8 |
| 4. Objetivos e políticas de gestão dos riscos e incertezas..... | 8 |
| 5. Perspetivas futuras..... | 9 |
| 6. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras..... | 10 |
| 7. Proposta de aplicação dos resultados..... | 10 |
| DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – Período 2019..... | 11 |
| Balanço em 31 de dezembro de 2019..... | 12 |
| Demonstração dos Resultados por Naturezas no período findo em 31 de dezembro de 2019..... | 13 |
| Demonstração dos Resultados por Funções no período findo em 31 de dezembro de 2019..... | 14 |
| Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período findo em 31 de dezembro de 2019..... | 15 |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa no período findo em 31 de dezembro de 2019..... | 16 |
| Anexo em 31 de dezembro de 2019..... | 17 |
| CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS..... | 35 |



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Sede

Rua do Karo, n.º 235 • 4710-923 Braga
Tel.: 253 200 730 • Fax.: 253 200 749
associnadocrechebraga@gmail.com

Palmeira

Av. da Côvata, n.º 122 • 4700-690 Braga
Tel.: 253 307 100 • Tel.: 253 307 101
associnadocrechebraga@gmail.com

Centro D. João Novais e Sousa

R. D. João de Novais e Sousa, n.º 17
4710-923 Braga
Tel.: 253 203 570 • emanuel@icppr.pt

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2019

No exercício das suas competências – art.º 4.º do Estatuto – vem a Direção da Associação da Creche de Braga, doravante também designada por ACB, apresentar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Geral o Relatório de Atividades e Contas do ano de 2019.

A Associação da Creche de Braga, no cumprimento de uma das suas mais relevantes responsabilidades, submete à apreciação e votação da Assembleia Geral o Relatório de Atividades e Contas do ano 2019.

1. Atividade da Creche

A Associação da Creche de Braga desenvolve as seguintes atividades:

- Creche: Crianças dos 4 meses até aos três anos, esta resposta social existe no estabelecimento da Sede e em Palmeira e dá resposta a 304 utentes;
- Pré-escolar: Crianças dos 3 anos aos 6 anos, esta resposta social existe no estabelecimento da Sede e em Palmeira e dá resposta a 261 utentes;
- ATL: Crianças dos 6 anos aos 10 anos, esta resposta social existe no estabelecimento da Sede e em Palmeira e dá resposta a 116 utentes; e
- CAO: Jovens e adultos com idades compreendidas entre 21 anos aos 60 anos, esta resposta social existe no estabelecimento Centro D. João Novais e Sousa e dá resposta 65 utentes;

A Associação da Creche de Braga oferece assim um serviço de qualidade na educação, guarda, socialização dos 746 utentes que, todos os dias úteis de cada semana, nos são confiados o que para tal se torna necessário:

- Instalações e equipamentos;
- Recursos humanos adequados e habilitados, em quantidade e na qualidade certas para tal, assim como para a prestação dos demais serviços de apoio e assistência, realizados por educadoras de infância, trabalhadores auxiliares, trabalhadores de cozinha, técnicos superiores de diversificada formação, secretaria, limpeza, motoristas etc.; e
- Recursos financeiros, ajustados ao desenvolvimento das atividades e que permitam satisfazer atempadamente tanto as despesas correntes, como as de investimento inovador e recursos financeiros que nos permitam assegurar atempadamente o pagamento dos salários, reparação de instalações e equipamentos, formação profissional, seguros, contribuições para a S. Social e Finanças, água, luz, aquecimento, etc.

Agora de uma forma sucinta explanamos o que foi levado a cabo durante o ano de 2019:

I. Instalações e equipamentos:

a) Estabelecimento Sede

Na sede, foram efetuadas diversas obras e reparações consideradas urgentes, como :

- **Pinturas:**
 - Sala 1 Creche; e
 - Dormitório de Sala 1 Creche.
- **Aplicação de Pavimento Vinílico:**
 - Sala 1 Creche;
 - Dormitório 1 Creche;
 - Refeitório 1 Creche;
 - Refeitório 2 Creche; e
 - Refeitório 4 Creche e 5 Creche.
- **Mobiliário:**
 - Bancada sala 1 Creche;
 - Prateleiras de Parede Sala 1 Creche;
- **Equipamentos: Aparelhos de ar condicionado (6 unidades):**
 - Recreio das Salas 4 e 5 Creche (2 unidades);
 - Recreio da Sala 1 Creche (1 unidade);
 - Recreio da Sala 2 Creche (1 unidade);
 - Recreio da Sala 3 Creche (1 unidade); e
 - Recreio da Sala 2 Creche (1 unidade).
- **Copa das Salas 4 Creche e 5 Creche**
 - Máquina de Lavar Louça e Bancada de Apoio em Inox.
- **Copa da Sala 1 Creche**
 - Instalação de Lavadouro em Inox.
- **Cozinha**
 - Aplicação de Portas novas em Inox nas bancadas existentes;
 - Aplicação de cantoneiras em Inox nas copas da Cozinha;
 - Aquisição de 1 carro de Carro de Inox; e
 -



- Reparação e substituição de tubagens e acessórios para a zona técnica da caldeira de aquecimento.

Além de tudo isto, iniciamos a remodelação total de um quarto de banho, obra que já finalizámos e inauguramos no ano corrente.

b) Estabelecimento de Palmeira

Neste estabelecimento foram feitas as seguintes obras e reparações:

- **Creche Padre Alberto Fonseca**
 - Abertura de 4 Janelas nas salas C, D, E e F;
 - Abertura de uma porta lateral no wc dos deficientes; e
 - Algumas reparações de pichelaria.
- **Infantário José Cunha Oliveira e Graça**
 - Substituição e colocação das placas de acrílico na claraboia do corredor principal;
 - Reparação de fuga de água na cozinha;
 - Reparação de parte da canalização da cozinha; e
 - Reparação do poço.
- **Centro Nossa Senhora Perpétuo Socorro**
 - Poda das árvores; e
 - Reparação da caixa de saneamento no wc.

c) Estabelecimento Centro D. João Novais e Sousa

Durante o ano 2019, executámos o Plano de Atividades que traçámos, cumprindo os objetivos no mesmo estabelecidos, de molde a tornar a vida de 65 Pessoas com Deficiência Mental o mais adequada e feliz possível, ajudando as famílias a minimizar os contrangimentos de ter filhos dependentes a vida toda!

Continuamos a lutar, de uma forma persistente, pela criação do Lar Residencial para que, na ausência/partida dos pais, possam ter um "cantinho" assegurado, a fim de terem um final de vida, com dignidade.

Neste sentido,

- Voltamos a apresentar a candidatura ao Portugal 2020, para executar parte do projeto - remodelação das Oficinas - dado que não fomos abrangidos no primeiro Aviso. Aguardamos pelo resultado;

- Concorremos ao Programa 2020 - da Eficiência Energética - com um orçamento de 70.000€. Aguardamos igualmente pelo resultado;
- Obtivemos do Instituto Nacional de Reabilitação (INR) o valor de 9.360,30 € para as Colónias e dois Espetáculos – janeiro no Teatro Circo e dezembro no Museu dos Biscainhos;
- Angariámos mais 18.755€ (Reis, Bilheteiras dos Espetáculos, Feiras, Inauguração do Picoto, Farricocos, S. João, Injunções, donativos, etc.);
- No final de 2019, a conta de angariação de fundos do Novais e Sousa era de 129.770,03€;
- Acreditamos que em 2020 o início da remodelação do Novais, com vista à concretização do Lar Residencial, vai ser uma realidade! Por isso, temos de continuar a angariar verbas para podermos fazer face à percentagem que não será coberta pela candidatura.

Queremos expressar a nossa gratidão a todos os que colaboram connosco nesta difícil "empreitada".

II. Recursos Humanos e Formação Profissional

O Quadro de Pessoal está ajustado as nossas necessidades e conforme a exigências legais.

Durante o ano de 2019 foram feitas várias Ações de Formação tais como:

- **SEDE:**
 - Movimentação manual da cargas - Sepri - 12/04/2019
 - Medidas de autoproteção; formação interna - 02/07/2019
 - Simulacro (Sepri e interno) - 24/07/2019
- **PALMEIRA:**
 - Formação Interna: Medidas de Autoproteção -18/01/ 2019;
 - Formação com a Inovinter: Liderança e motivação 17/10 a 10/12;
 - Formação com a Sepri: Movimentação Manual de Cargas -28/02;
- **Centro Novais e Sousa**
 - 1. Técnicas de Socorro;
 - 2. "HACCP - Resumo de P.C.C., Boas Práticas;

A Direção da Associação da Creche de Braga, quer destacar todo o empenho, espírito de equipa de todos os colaboradores da Instituição, assim como a colaboração das diversas entidades tais como a Câmara Municipal de Braga, o Sporting Clube de Braga, a EDP, e todos os outros que colaboraram com a ACB. Bem Hajam!



III. Recursos Financeiros:

Em relação a este ponto os nossos objetivos foram atingidos, conseguimos fazer uma gestão equilibrada, que gerou um fluxo de caixa operacional positivo assim como um resultado líquido positivo de 47.406,23€.

2. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa de que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 554/80, de 7 de novembro.

Nos termos do art.º 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

3. Factos relevantes após o termo do período

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019.

4. Objetivos e políticas de gestão dos riscos e incertezas

Para além dos riscos que possam decorrer de uma eventual retração da economia em virtude dos efeitos do Coronavírus (Covid-19) e do *Brexit*, não são, nesta altura, previsíveis outros, que possam pôr em causa a atividade ou a prossecução dos objetivos da Entidade.

No contexto económico e financeiro em que a Entidade está inserida, é fundamental a existência de uma estratégia de gestão do risco totalmente integrada na estratégia global da organização, que aumente o seu grau de resiliência e a torne gradualmente imune a imprevistos e efeitos adversos. É desenvolvido um trabalho de identificação prévia dos riscos classificados como sendo os mais críticos, e são definidas estratégias de gestão do risco com vista à implementação de procedimentos de controlo, que o diminuam para um nível aceitável. Através da implementação de procedimentos de controlo, a Entidade procura assegurar a eficiência e eficácia das suas operações, assim como a salvaguarda dos ativos, a fiabilidade da informação financeira e o cumprimento das leis e normas. O objetivo final será maximizar o *trade-off* entre os riscos e as margens de negócio, de modo a atingir, de forma sustentada, os objetivos estratégicos da Entidade.

5. Perspetivas futuras

Impacto do Coronavírus (COVID-19)

No decurso do primeiro trimestre do período de 2020, tem vindo a ser reportado, a nível nacional e internacional, um crescente número de casos de infeção das populações com o vírus Covid-19, tendo diversos governos, autoridades e agentes económicos implementado um conjunto de iniciativas com impacto na mobilidade das populações e na economia global.

Os efeitos da disseminação do vírus estão a ser analisados pelas autoridades competentes, estando a ser implementadas diversas iniciativas com impacto na situação atual. Face à natureza das medidas já implementadas e eventuais futuras iniciativas, prevê-se que a economia nacional em geral, e o setor em que atuamos em particular, serão afetados significativamente pela pandemia, antevendo-se um cenário de recessão económica.

Neste contexto, é possível observar uma queda na procura dos nossos a nível nacional, estando o órgão de gestão a acompanhar a situação com base na informação disponível e nas expectativas atuais quanto à evolução da disseminação do vírus.

Considerando o contexto de incerteza acima descrito, o órgão de gestão, em consonância com as determinações das autoridades competentes, implementou um conjunto de medidas com vista à proteção da saúde dos seus trabalhadores, bem como se encontra a adequar a sua oferta às sentidas alterações da procura e adotará diversas iniciativas para controlar e reduzir custos, incluindo a suspensão ou adiamento de investimentos não críticos, a renegociação de contratos e prazos de pagamento, corte de despesas acessórias, suspensão de contratações de novos trabalhadores, de progressões e de formações. Estas medidas, que visam a salvaguarda da posição financeira da Entidade, foram determinadas tendo por base a melhor informação disponível a esta data, salientando-se, no entanto, a existência de um contexto de incerteza associado à evolução futura da disseminação do Covid-19, não sendo possível, à presente data, quantificar o impacto desta situação no período de 2020.

A Instituição encontra-se desde 23 de março de 2020 encerrada por Decreto do Governo devido à pandemia do Covid-19. À data deste Relatório de Atividades e Contas ainda não estava definida pela tutela a data de reabertura.

6. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Direção, em reunião de 23 de março de 2020.

7. Proposta de aplicação dos resultados

A Associação da Creche de Braga apresentou um resultado líquido do período positivo no valor de 47.406,23€. A Direção propõe que o resultado líquido no período de 2019 seja mantido na rubrica de Resultados Transitados.

Braga, 23 de março de 2020

A Direção



Handwritten signatures of the board members, including names like "Ana Elsa", "H. S. ...", "J. ...", "M. ...", and "F. ...".



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – Período 2019

Balanco em 31 de dezembro de 2019

| RUBRICAS | Notas | Datas | |
|---|-------|---------------------|---------------------|
| | | 31-12-2019 | 31-12-2018 |
| Ativo | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 4 | 2.636.800,93 | 2.630.471,88 |
| Ativos intangíveis | 5 | 12.490,86 | 13.873,46 |
| Subtotal | | 2.649.291,79 | 2.644.345,34 |
| Ativo corrente | | | |
| Inventários | 6 | 6.174,28 | 3.562,46 |
| Créditos a receber | 7 | 13.544,25 | 9.011,55 |
| Estado e outros entes públicos | 8 | 5.234,10 | 7.946,56 |
| Diferimentos | 9 | 14.015,67 | 4.620,70 |
| Outros ativos correntes | 10 | 23.987,13 | 102.425,65 |
| Caixa e depósitos bancários | 11 | 269.638,06 | 215.119,57 |
| Subtotal | | 332.593,49 | 342.686,49 |
| Total do Ativo | | 2.981.885,28 | 2.987.031,83 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | | | |
| Fundos patrimoniais | | | |
| Fundos | 12 | 25.535,28 | 25.535,28 |
| Resultados transitados | 12 | 1.589.370,48 | 1.564.273,96 |
| Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais | 13 | 557.973,86 | 573.993,22 |
| Resultado líquido do período | | 47.406,23 | 25.096,52 |
| Total dos fundos patrimoniais | | 2.220.285,85 | 2.188.898,98 |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Financiamentos obtidos | 14 | 183.036,87 | 210.785,88 |
| Subtotal | | 183.036,87 | 210.785,88 |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 15 | 40.221,46 | 57.059,00 |
| Estado e outros entes públicos | 8 | 109.582,78 | 105.144,66 |
| Financiamentos obtidos | 14 | 34.795,02 | 41.837,31 |
| Diferimentos | 9 | 1.730,00 | 1.730,00 |
| Outros passivos correntes | 16 | 392.233,30 | 381.576,00 |
| Subtotal | | 578.562,56 | 587.346,97 |
| Total do passivo | | 761.599,43 | 798.132,85 |
| Total dos fundos patrimoniais e do passivo | | 2.981.885,28 | 2.987.031,83 |

Braga, 23 de março de 2020

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 55.926












Demonstração dos Resultados por Naturezas no período findo em 31 de dezembro de 2019

| RENDIMENTOS E GASTOS | Notas | PERÍODOS | |
|--|-------|-------------------|-------------------|
| | | 2019 | 2018 |
| Vendas e serviços prestados | 17 | 938.539,82 | 902.165,07 |
| Subsídios, doações e legados à exploração | 18 | 1.946.615,66 | 1.947.266,76 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 6 | (132.474,99) | (132.793,38) |
| Fornecimentos e serviços externos | 19 | (258.068,61) | (256.556,98) |
| Gastos com o pessoal | 20 | (2.392.222,69) | (2.405.181,19) |
| Outros rendimentos | 21 | 70.383,50 | 88.990,84 |
| Outros gastos | 22 | (25.562,94) | (20.307,40) |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 147.209,75 | 123.583,72 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 4, 5 | (94.184,13) | (91.648,85) |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 53.025,62 | 31.934,87 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 23 | 91,20 | 127,95 |
| Juros e gastos similares suportados | 23 | (5.710,59) | (6.966,30) |
| Resultados antes de impostos | | 47.406,23 | 25.096,52 |
| Imposto sobre o rendimento do período | | - | - |
| Resultado líquido do período | | 47.406,23 | 25.096,52 |

Braga, 23 de março de 2020

A Direção



A Contabilista Certificada, n.º 55.926





Demonstração dos Resultados por Funções no período findo em 31 de dezembro de 2019

| PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 | RECEITAS E CASOS | MÊSES | | | | | | | | | | TOTAL | | |
|---|--|--------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|----------------|----------------|-----------------|-----------------|
| | | Jan-19 | Fev-19 | Mar-19 | Abr-19 | Mai-19 | Jun-19 | Jul-19 | Ago-19 | Sep-19 | Out-19 | Nov-19 | Dez-19 | 2019 |
| | Vendas e serviços prestados | 36.622,38 | 38.722,48 | 71.240,59 | 69.771,35 | 44.213,31 | 120.887,36 | 121.361,24 | 39.117,95 | 57.554,03 | 59.555,51 | 59.166,03 | 596.555,51 | 561.166,03 |
| | Contas das vendas e locações que restaram | 12.540,00 | 13.883,07 | 25.445,19 | 25.453,88 | 15.365,88 | 65.228,91 | 112.227,91 | 4.288,88 | 15.800,88 | 112.478,88 | 112.715,00 | 1.024.788,88 | 1.024.715,00 |
| | Receita sobre doações | 107.043,00 | 67.325,79 | 374.273,10 | 43.800,25 | 105.294,88 | 239.481,10 | 165.151,00 | 25.527,10 | 444.945,20 | 2.077.990,16 | 1.036.333,10 | 9.965.964,10 | 789.373,10 |
| | Outros rendimentos | | | | | | | | | | | | | |
| | Despesas de administração | (255.800,00) | (531.131,40) | (592.131,40) | (64.541,27) | (128.016,00) | (224.398,28) | (266.318,11) | (371.616,11) | (452.411,10) | (1.244.472,40) | (1.273.187,00) | (12.731.187,00) | (12.731.187,00) |
| | Despesas de investimento e desenvolvimento | | | | | | | | | | | | | |
| | Outros gastos | (1.888,00) | (4.275,34) | (4.221,00) | (3.388,20) | (1.307,44) | (1.348,55) | (2.743,20) | (1.379,56) | (2.211,00) | (25.252,56) | (21.307,40) | (21.307,40) | (21.307,40) |
| | Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | 432,38 | 562,81 | 1.184,16 | 1.611,91 | 1.686,61 | 3.671,91 | 1.622,00 | 1.950,91 | 2.900,91 | 2.900,91 | 2.900,91 | 27.115,00 | 27.115,00 |
| | Gastos de financiamento (juros) | | | | | | | | | | | | | |
| | Resultados antes de impostos | | | | | | | | | | | | | |
| | Imposto sobre o rendimento do período | | | | | | | | | | | | | |
| | Resultado líquido do período | 432,38 | 562,81 | 1.184,16 | 1.611,91 | 1.686,61 | 3.671,91 | 1.622,00 | 1.950,91 | 2.900,91 | 2.900,91 | 2.900,91 | 27.115,00 | 27.115,00 |

Braga, 23 de março de 2020

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 55.926






Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período findo em 31 de dezembro de 2019

| DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2018 | | | | | DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2019 | | | | | |
|---|-----------|---|---------------------|---|---|---|---|---------------------|---|-------------------------------|
| Descrição | Notas | Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da instituição | | | Total dos Fundos Patrimoniais | Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da instituição | Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da instituição | | | Total dos Fundos Patrimoniais |
| | | Fundos Patrimoniais | Resultados Tratados | Aumentos/outras variações nos fundos patrimoniais | | | Fundos Patrimoniais | Resultados Tratados | Aumentos/outras variações nos fundos patrimoniais | |
| POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018 | 1 | 25.515,28 | 1.527.158,00 | 952.317,66 | 3.005.090,94 | 25.515,28 | 1.564.273,86 | 573.888,82 | 3.163.677,96 | |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais | 11 | - | 37.115,86 | (18.824,34) | (18.824,34) | - | 37.115,86 | (18.824,46) | (18.824,46) | |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | 8 | - | 37.115,86 | (18.824,34) | 18.291,52 | - | 37.115,86 | (18.824,46) | 18.291,40 | |
| RESULTADO EXTENSIVO | 8+9 | - | 37.115,86 | (18.824,34) | 18.291,52 | - | 37.115,86 | (18.824,46) | 18.291,40 | |
| OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO | 5 | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| POSICÃO NO FIM DO ANO 2018 | 0=1+2+3+5 | 25.515,28 | 1.564.273,86 | 573.888,82 | 3.163.677,96 | 25.515,28 | 1.581.370,58 | 557.073,86 | 3.220.285,72 | |
| POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019 | 6 | 25.515,28 | 1.564.273,86 | 573.888,82 | 3.163.677,96 | 25.515,28 | 1.581.370,58 | 557.073,86 | 3.220.285,72 | |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais | 11 | - | 35.096,52 | (16.018,46) | 19.078,06 | - | 35.096,52 | (16.018,46) | 19.078,06 | |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | 8 | - | 35.096,52 | (16.018,46) | 19.078,06 | - | 35.096,52 | (16.018,46) | 19.078,06 | |
| RESULTADO EXTENSIVO | 8+9 | - | 35.096,52 | (16.018,46) | 19.078,06 | - | 35.096,52 | (16.018,46) | 19.078,06 | |
| OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO | 10 | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| POSICÃO NO FIM DO ANO 2019 | 6+7+8+10 | 25.515,28 | 1.581.370,58 | 557.073,86 | 3.220.285,72 | 25.515,28 | 1.581.370,58 | 557.073,86 | 3.220.285,72 | |

Braga, 23 de março de 2020

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 55.926

[Handwritten signatures and stamps of the Association and the Certified Accountant]

Sede: Rua do Espírito Santo, 225 - 4710-923 Braga
 Tel.: 253 200 730 - Fax.: 253 200 749
 email: info@assocadacredebraga.pt | g@acbraga.pt

Fundo: Av. do Cavado, n.º 122 - 4700-690 Braga
 Tel.: 253 307 100 - Tel.: 253 307 101
 www.assocadacredebraga.pt | g@acbraga.pt

Centro D. João Novais e Sousa
 R. D. João de Novais e Sousa, n.º 17
 4710-913 Braga
 Tel.: 253 265 570 - www.acbraga.pt

[Handwritten signature]
 João Paulo

Demonstração dos Fluxos de Caixa no período findo em 31 de dezembro de 2019

| RUBRICAS | Notas | PERÍODOS | |
|---|-------|----------------|----------------|
| | | 2019 | 2018 |
| Fluxos de caixa das atividade operacionais | | | |
| Recebimentos de clientes e utentes | | 956.781,42 | 902.165,07 |
| Pagamento a fornecedores | | (479.310,70) | (387.587,50) |
| Pagamentos ao pessoal | | (1.591.915,07) | (1.582.670,16) |
| Caixa gerada pelas operações | | (1.114.444,35) | (1.068.092,59) |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | | - | - |
| Outros recebimentos/pagamentos | | 1.310.834,59 | 1.176.471,01 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais (1) | | 196.390,24 | 108.378,42 |
| Fluxos de caixa das atividade de investimento | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 4 | (104.490,67) | (51.408,50) |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Juros e rendimentos similares | | 91,20 | 127,95 |
| Fluxos de caixa das atividade de investimento (2) | | (104.399,47) | (51.280,55) |
| Fluxos de caixa das atividade de financiamento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Financiamentos obtidos | | (31.761,69) | (41.837,31) |
| Juros e gastos similares | | (5.710,59) | (6.966,30) |
| Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3) | | (37.472,28) | (48.803,61) |
| Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3) | | 54.518,49 | 8.294,26 |
| Efeito das diferenças de câmbio | | - | - |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 11 | 215.119,57 | 206.825,31 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 11 | 269.638,06 | 215.119,57 |

Braga, 23 de março de 2020

A Direção



A Contabilista Certificada, n.º 55.926





Anexo em 31 de dezembro de 2019

1. Identificação da Entidade

A "ASSOCIAÇÃO CRECHE DE BRAGA" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 18 de 25 de janeiro de 2008, Série II, com sede em Rua do Ralo n.º 235, 4710-923-Braga. Tem como atividade Educação de Infância e Jovens para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- A prevenção e a reparação de situações de carência e de desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais;
- A integração e a promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respetivas capacidades;
- Assegurar especial proteção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente bebés, crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiência e idosos;
- Dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos; e
- Facultar todo o tipo de respostas de ação social ao seu alcance.

Apoiar, nomeada e principalmente, na educação de bebés, crianças, adolescentes e jovens, contribuindo para o seu crescimento integral, a nível físico, pessoal, familiar, mental/intelectual, psicológico, emocional/afetivo, ético/moral, religioso e social.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não Lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime de acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo reconhecidos contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para

Justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os "Ativos fixos tangíveis" encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente reconhecido, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são reconhecidas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais



As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

| Descrição | Vida útil estimada (anos) |
|--------------------------------|---------------------------|
| Terrenos e recursos naturais | indefinida |
| Edifícios e outras construções | 50 |
| Equipamento básico | 8 |
| Equipamento de transporte | 4 |
| Equipamento administrativo | 8 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 6 |

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.2. Ativos intangíveis

Os "Ativos intangíveis" encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

| Descrição | Vida útil estimada (anos) |
|---------------------------|---------------------------|
| Outros ativos intangíveis | 3 |

3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão reconhecidos ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda.

Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é reconhecida como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Associados/membros que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão reconhecidos no ativo pela quantia realizável líquida.

Créditos a receber e Outros ativos correntes

Os "Créditos a receber" e as "Outros ativos correntes" encontram-se reconhecidas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são reconhecidas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período. Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas reconhecidas em "Fornecedores" e "Outras passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota. Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Financiamentos obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos obtidos" encontram-se reconhecidos, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos financeiros" de "Empréstimos obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. Os rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Os "Encargos financeiros" não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que aplicável.

Os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 do Código do IRC encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87.º. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no art.º 88.º do Código do IRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2016 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.9. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.



Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.10. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

A Entidade reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos equiparáveis pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, independentemente do seu recebimento.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais", sendo subsequentemente imputados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e reconhecidos no resultado do período.

3.2.11. Fluxos de caixa

Na demonstração dos fluxos de caixa a Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos à ordem.

Os fluxos de caixa encontra-se dividida em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.2.12. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.



3.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

4. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

| Descrição | Saldo em 01-jan-2019 | Aquisições / Aumentos | Saldo em 31-dez-2019 |
|--------------------------------|----------------------|----------------------------|----------------------|
| Custo | | | |
| Edifícios e outras construções | 3.884.058,20 | 2.983,12 | 3.887.041,32 |
| Equipamento básico | 461.034,19 | 96.147,46 | 557.181,65 |
| Equipamento de transporte | 123.463,40 | - | 123.463,40 |
| Equipamento administrativo | 122.436,78 | - | 122.436,78 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 189,36 | - | 189,36 |
| Investimentos em curso | 8.495,00 | - | 8.495,00 |
| Total | 4.599.676,93 | 99.130,58 | 4.698.807,51 |
| Depreciações acumuladas | | | |
| Edifícios e outras construções | 1.307.812,94 | 75.856,52 | 1.383.669,46 |
| Equipamento básico | 434.216,99 | 15.601,09 | 449.818,08 |
| Equipamento de transporte | 123.463,40 | - | 123.463,40 |
| Equipamento administrativo | 103.522,36 | 1.343,92 | 104.866,28 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 189,36 | - | 189,36 |
| Total | 1.969.205,05 | 92.801,53 | 2.062.006,58 |
| | | Quantia escriturada | 2.636.800,93 |

| Descrição | Saldo em 01-jan-2018 | Aquisições / Aumentos | Abates / Diminuições | Saldo em 31-dez-2018 |
|--------------------------------|-------------------------|--------------------------|----------------------------|-------------------------|
| Custo | | | | |
| Edifícios e outras construções | 3.879.688,62 | 4.369,58 | - | 3.884.058,20 |
| Equipamento básico | 417.344,03 | 47.038,92 | (3.348,76) | 461.034,19 |
| Equipamento de transporte | 123.463,40 | - | - | 123.463,40 |
| Equipamento administrativo | 122.436,78 | - | - | 122.436,78 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 189,36 | - | - | 189,36 |
| Investimentos em curso | 8.495,00 | - | - | 8.495,00 |
| Total | 4.551.617,19 | 51.408,50 | (3.348,76) | 4.599.676,93 |
| Depreciações acumuladas | | | | |
| Edifícios e outras construções | 1.234.345,21 | 73.467,73 | - | 1.307.812,94 |
| Equipamento básico | 420.094,51 | 14.122,48 | - | 434.216,99 |
| Equipamento de transporte | 123.463,40 | - | - | 123.463,40 |
| Equipamento administrativo | 102.783,39 | 738,97 | - | 103.522,36 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 189,36 | - | - | 189,36 |
| Total | 1.880.875,87 | 88.329,18 | - | 1.969.205,05 |
| | | | Quantia escriturada | 2.630.471,88 |

5. Ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

| Descrição | Saldo em 01-jan-2018 | Aquisições / Aumentos | Saldo em 31-dez-2018 |
|--------------------------------|-------------------------|--------------------------|----------------------------|
| Custo | | | |
| Outros ativos intangíveis | 18.692,10 | - | 18.692,10 |
| Total | 18.692,10 | - | 18.692,10 |
| Amortizações acumuladas | | | |
| Outros ativos intangíveis | 1.498,97 | 3.319,67 | 4.818,64 |
| Total | 1.498,97 | 3.319,67 | 4.818,64 |
| | | | Quantia escriturada |
| | | | 13.873,46 |

| Descrição | Saldo em 01-jan-2019 | Aquisições / Aumentos | Saldo em 31-dez-2019 |
|--------------------------------|-------------------------|--------------------------|----------------------------|
| Custo | | | |
| Outros ativos intangíveis | 18.692,10 | - | 18.692,10 |
| Total | 18.692,10 | - | 18.692,10 |
| Amortizações acumuladas | | | |
| Outros ativos intangíveis | 4.818,64 | 1.382,60 | 6.201,24 |
| Total | 4.818,64 | 1.382,60 | 6.201,24 |
| | | | Quantia escriturada |
| | | | 12.490,86 |

6. Inventários

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

| Descrição | Inventário em 01-Jan-2019 | Compras | Inventário em 31-dez-2019 | CMVMC em 2019 |
|--|---------------------------|-------------------|---------------------------|-------------------|
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 3.562,46 | 135.086,81 | 6.174,28 | 132.474,99 |
| Total | 3.562,46 | 135.086,81 | 6.174,28 | 132.474,99 |

| Descrição | Inventário em 01-Jan-2018 | Compras | Inventário em 31-dez-2018 | CMVMC em 2018 |
|--|---------------------------|-------------------|---------------------------|-------------------|
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 4.660,43 | 131.695,41 | 3.562,46 | 132.793,38 |
| Total | 4.660,43 | 131.695,41 | 3.562,46 | 132.793,38 |

7. Créditos a receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

| Descrição | 31-12-2019 | 31-12-2018 |
|-------------------------------|------------------|-----------------|
| Clientes e Utentes c/c | 13.544,25 | 9.011,55 |
| Utentes | 13.544,25 | 9.011,55 |
| Total | 13.544,25 | 9.011,55 |

8. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

| Descrição | 31-12-2019 | 31-12-2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| Ativo | | |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado | 5.234,10 | 7.946,56 |
| Total | 5.234,10 | 7.946,56 |
| Passivo | | |
| Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares | 19.133,50 | 19.226,00 |
| Segurança Social | 89.066,10 | 85.352,74 |
| Outros Impostos e Taxas | 1.383,13 | 565,92 |
| Total | 109.582,73 | 105.144,66 |

9. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

| Descrição | 31-12-2019 | 31-12-2018 |
|---------------------------------|------------------|-----------------|
| Gastos a reconhecer | | |
| Seguros | 14.015,67 | 4.620,70 |
| Total | 14.015,67 | 4.620,70 |
| Rendimentos a reconhecer | | |
| Rendas | 1.730,00 | 1.730,00 |
| Total | 1.730,00 | 1.730,00 |

10. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

| Descrição | 31-12-2019 | 31-12-2018 |
|-----------------------------------|------------------|-------------------|
| Entidades devedoras por subsídios | 22.432,87 | 99.450,65 |
| Fundo de Participação Financeira | - | 77.017,78 |
| Segurança Social | 22.432,87 | 22.432,87 |
| Outros devedores | 1.554,26 | 2.975,00 |
| Perdas por Imparidade | - | - |
| Total | 23.987,13 | 102.425,65 |

11. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

| Descrição | 31-12-2019 | 31-12-2018 |
|-------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa | 7.313,83 | 16.783,05 |
| Depósitos à ordem | 262.324,23 | 198.336,52 |
| Total | 269.638,06 | 215.119,57 |

12. Fundos patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

| Descrição | Saldo em 01-Jan-2019 | Aumentos | Diminuições | Saldo em 31-dez-2019 |
|---|----------------------|------------------|------------------|----------------------|
| Fundos | 25.535,28 | - | - | 25.535,28 |
| Resultados transitados | 1.564.273,96 | 25.096,52 | - | 1.589.370,48 |
| Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais | 573.993,22 | - | 16.019,38 | 557.973,86 |
| Resultado líquido do período | 25.096,52 | 50.211,21 | 25.096,52 | 50.211,21 |
| Total | 2.188.898,98 | 75.307,73 | 41.115,88 | 2.223.090,83 |

13. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais

Saldos desta rubrica, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresentavam-se como segue:

| Descrição | Saldo em 01-Jan-2019 | Diminuições | Saldo em 31-dez-2019 |
|---------------------------|-------------------------|------------------|-------------------------|
| Subsídios ao investimento | 573.993,22 | 16.019,36 | 557.973,86 |
| Fundo Socorro Social | 253.288,81 | 7.957,53 | 245.331,38 |
| Pares | 320.704,41 | 8.061,83 | 312.642,58 |
| Total | 573.993,22 | 16.019,36 | 557.973,86 |

14. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a entidade apresentava os seguintes valores relativos a "Financiamentos obtidos":

| Descrição | 31-12-2019 | | | 31-12-2018 | | |
|-----------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | Não Corrente | Corrente | Total | Não Corrente | Corrente | Total |
| Empréstimos Bancários | 183.036,87 | 34.795,02 | 217.831,89 | 210.785,88 | 41.837,31 | 252.623,19 |
| Total | 183.036,87 | 34.795,02 | 217.831,89 | 210.785,88 | 41.837,31 | 252.623,19 |

Os prazos de reembolso dos empréstimos bancários são os seguintes:

| Descrição | 31-12-2019 | 31-12-2018 |
|--------------------|-------------------|-------------------|
| | Capital | Capital |
| Até um ano | 34.795,02 | 41.837,31 |
| De um a cinco anos | 183.036,87 | 210.785,88 |
| Total | 217.831,89 | 252.623,19 |

15. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

| Descrição | 31-12-2019 | 31-12-2018 |
|------------------|------------------|------------------|
| Fornecedores c/c | 40.221,46 | 57.059,00 |
| Total | 40.221,46 | 57.059,00 |

16. Outros passivos correntes

A rubrica de "Outros passivos correntes" é discriminada da seguinte forma:

| Descrição | 31-12-2019 | 31-12-2018 |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Outras dívidas a pagar | | |
| Credores por acréscimos de gastos | 392.233,30 | 381.576,00 |
| Remunerações a liquidar | 392.233,30 | 381.576,00 |
| Total | 392.233,30 | 381.576,00 |



17. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "Serviços Prestados:"

| Descrição | 2019 | 2018 |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Matriculas e Mensalidades | 938.539,82 | 902.165,07 |
| Total | 938.539,82 | 902.165,07 |



18. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2019 e 2018, a decomposição da rubrica de "Subsídios, doações e legados à exploração" era a seguinte:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|---|---------------------|---------------------|
| Subsídios do Estado e outros entes públicos | 1.909.255,36 | 1.870.248,98 |
| Fundo de Compensação Financeira | - | 77.017,78 |
| INR | 9.360,30 | - |
| EDP | 28.000,00 | - |
| Total | 1.946.615,66 | 1.947.266,76 |

19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Serviços especializados | 51.554,45 | 44.209,74 |
| Trabalhos Especializados | 33.422,88 | 24.008,84 |
| Conservação e reparação | 9.181,88 | 12.566,59 |
| Honorários | 5.904,00 | 1.291,50 |
| Material | 13.358,71 | 4.972,05 |
| Energia e fluidos | 95.163,80 | 113.753,62 |
| Deslocações, estadas e transportes | 21.554,71 | 14.739,55 |
| Serviços diversos (*) | 76.436,94 | 78.882,02 |
| Limpeza e Higiene | 36.393,91 | 36.715,35 |
| Material Didático | 17.975,62 | 19.115,52 |
| Comunicação | 6.497,37 | 5.728,63 |
| Total | 258.068,61 | 256.556,98 |

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

20. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2019 e 2018, foram 7 em ambos os anos. Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2019 foi de 156 e em 2018 foi de 156. Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|--|---------------------|---------------------|
| Remunerações do pessoal | 1.948.881,26 | 1.951.937,10 |
| Encargos sobre as remunerações | 422.777,34 | 421.960,46 |
| Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais | 20.504,09 | 31.051,38 |
| Outros gastos com o pessoal | 60,00 | 232,25 |
| Total | 2.392.222,69 | 2.405.181,19 |

21. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos", nos períodos de 2019 e 2018 encontra-se dividida da seguinte forma:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|---|------------------|------------------|
| Rendimentos suplementares | 29.089,45 | 26.966,71 |
| Outros rendimentos (*) | 41.294,05 | 62.024,13 |
| Subsídios para investimentos | 16.019,36 | 18.824,34 |
| Correções relativas a períodos anteriores | 2.922,69 | 2.731,38 |
| Outros | 1.592,00 | 18.569,63 |
| Total | 70.383,50 | 88.990,84 |

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

22. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos", nos períodos de 2019 e 2018, encontra-se dividida da seguinte forma:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|---|------------------|------------------|
| Outros gastos (*) | 25.562,94 | 20.307,40 |
| Correções relativas a períodos anteriores | 21.531,28 | 14.687,18 |
| Outros | 2.338,97 | 2.954,10 |
| Condomínios | 1.692,69 | 2.666,12 |
| Total | 25.562,94 | 20.307,40 |

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

23. Resultados financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| Juros e gastos similares suportados | | |
| Juros suportados | 5.710,59 | 6.966,30 |
| Total | 5.710,59 | 6.966,30 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | | |
| Juros obtidos | 91,20 | 127,95 |
| Total | 91,20 | 127,95 |
| Resultados financeiros | (5.619,39) | (6.838,35) |

24. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do art.º 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2019 e 2018, foram de € 3.321,00 (IVA incluído) em cada um dos períodos, referentes exclusivamente a serviços de revisão legal das contas.

25. Acontecimentos após data de Balanço

No decurso do primeiro trimestre do período de 2020, tem vindo a ser reportado, a nível nacional e internacional, um crescente número de casos de infeção das populações com o vírus Covid-19, tendo diversos governos, autoridades e agentes económicos, implementado um conjunto de iniciativas com impacto na mobilidade das populações e na economia global.

Os efeitos da disseminação do vírus estão a ser analisados pelas autoridades competentes, estando a ser implementadas diversas iniciativas com impacto na situação atual. Face à natureza das medidas já implementadas e eventuais futuras iniciativas, prevê-se que a economia nacional em geral será afetada significativamente pela pandemia, antevendo-se um cenário de recessão económica.

A Entidade está a acompanhar em permanência a evolução da pandemia através dos órgãos competentes. Procurando minimizar os possíveis riscos associados à pandemia e, na sequência

das recomendações da Direção-Geral da Saúde (DGS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), a Entidade implementou e implementará planos de contingência com o objetivo de garantir a segurança dos seus colaboradores e da comunidade em geral.

Não obstante, os efeitos da pandemia já se fazem sentir devido à suspensão da atividade por Decreto do Governo, tendo Entidade recorrido às medidas excecionais e temporárias criadas pelo Governo, designadamente, ao *lay off* simplificado, às moratórias do pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social, bem como a contratação de novas linhas de financiamento criadas para o efeito.

No entanto, face ao atual cenário de elevada incerteza e rápida evolução da pandemia, não é possível estimar, com razoável grau de confiança, os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade da Entidade, os quais, a existirem, é nossa convicção, não colocarão em causa a continuidade das suas operações, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se verificaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Direção em 23 de março de 2020.

Braga, 23 de março de 2020

A Direção



A Contabilista Certificada, n.º 55.926





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Sede

Rua do Rio, n.º 225 - 4710-923 Braga
Tel.: 253 200 730 + Fax: 253 200 749
associaodacrededebraga@gmail.com

Palmeira

Av. do Círculo, n.º 122 - 4700-690 Braga
Tel.: 253 307 100 + Tel.: 253 307 101
associaodacrededebraga@gmail.com

Centro Dr. João Novais e Sousa

R. D. João de Novais e Sousa, n.º 17
4710-923 Braga
Tel.: 253 205 570 - credesoua@apo.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ASSOCIAÇÃO DA CRECHE DE BRAGA**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total 2.981.885,28 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.220.285,85 euros, incluindo um resultado líquido do período de 47.406,23 euros), a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração individual de fluxos de caixa, a demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais e o anexo - que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas -, relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ÊNFASE

De acordo com o referido na nota 25 "Acontecimentos após data do Balanço" do Anexo, alertamos para o impacto social e económico resultante da pandemia de COVID-19 a nível mundial e, em particular, em Portugal, cujos eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade da Entidade não são, à presente data, possíveis quantificar. Não obstante, é convicção do Órgão de Gestão que esses efeitos, a existirem, não colocarão em causa a continuidade das suas atividades, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Órgão de Gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.


A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Em nossa opinião o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e não identificamos incorreções materiais.

Braga, 23 de abril de 2020.


Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771.